

Governadores criticam rolagem da dívida

Publica

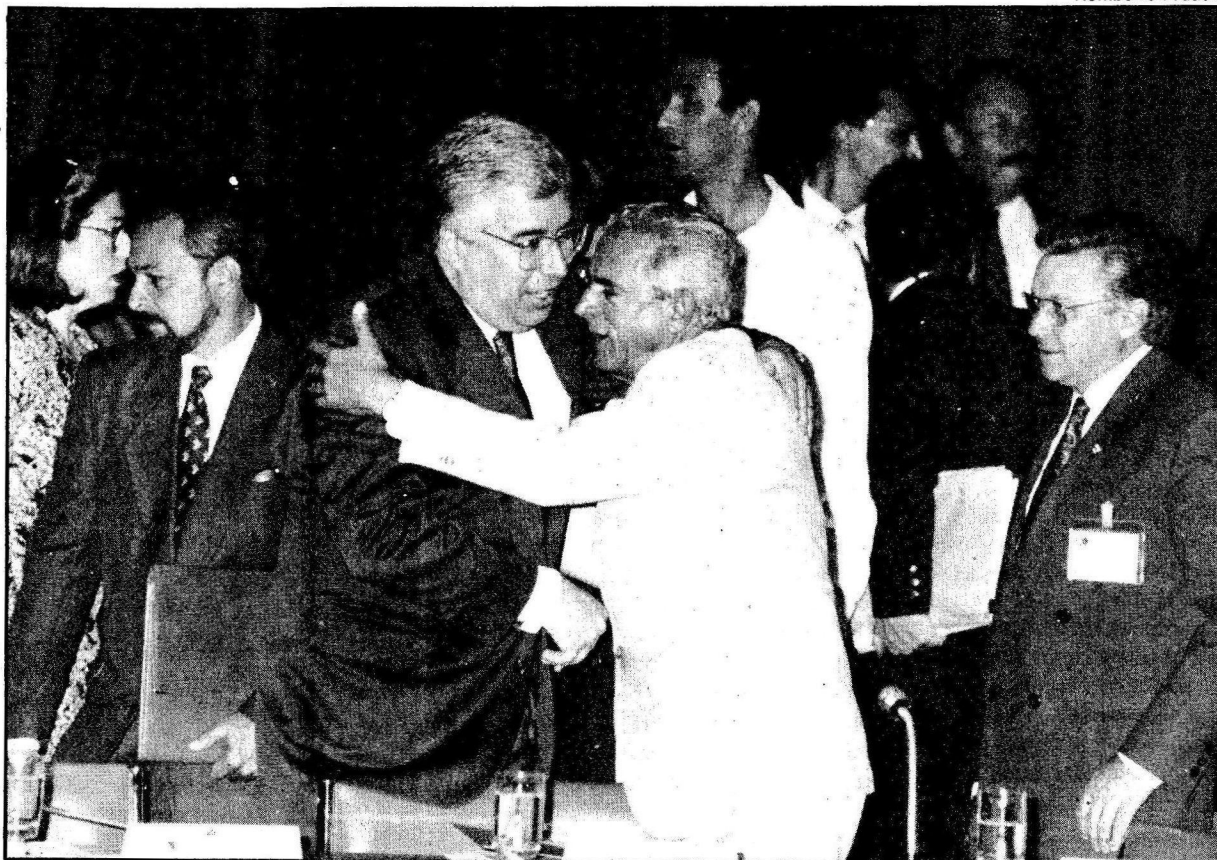
GERALDA FERNANDES

Humberto Pradera

Em discurso afinado, vários governadores afirmaram ontem que o Governo Federal está "enrolando" a negociação da rolagem da dívida dos estados e municípios e disseram que não vão mais aceitar chamados para discutir, em grupo, a questão. Os governadores apontaram como causas dos constantes adiamentos de soluções para a dívida com a União a burocracia do Governo Federal, as pressões dos bancos privados, "que sangram os cofres públicos", até a intenção do Governo de não querer apressar o entendimento e, assim, assegurar um meio de pressionar os governadores em dívida em assuntos do interesse da União. E defendem regras gerais, mas negociação individual por Estado.

A crítica mais eloquente e ponto de partida para a série de acusações partiu do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB). "A negociação não houve até hoje (ontem) por culpa do Governo Federal. Eu já vi este filme antes", disse, referindo-se aos adiamentos da discussão e às dificuldades impostas pelo governo para uma negociação direta, caso a caso. Fleury aproveitou seu tempo de fala no encontro de governadores pelo Pacto da Infância para criticar a atuação dos bancos privados. "Os bancos criaram uma rede entre si que sangra os cofres públicos, não só cobrando juros reais, mas antecipando o que vão lucrar com os projetos dos governos estaduais. As autoridades federais precisam apertar a sua burocracia porque os bancos estão levando US\$ 5 milhões ao dia com o enrolamento", denunciou.

Esta foi a justificativa do governador paulista para as dificuldades dos estados em investir em programas nas áreas sociais, como saúde e educação. Os empréstimos internacionais através do BID e Bird, explicou, chegam somente em si-



Luiz Antônio Fleury Filho, abraçado a Iris Rezende, acha que Governo Federal está "enrolando"

tuações de emergência e para setores específicos, ou seja, sem condições de serem aplicados em medidas preventivas. "Se o governo resolver a questão da dívida, os bancos privados perdem a teta da República", ressaltou, ao exemplificar que o Estado de São Paulo pagou, nos últimos dois anos, US\$ 347 milhões somente com "spread" — taxa de intermediação dos bancos.

O governador Fleury apresentou uma estatística da dívida do Estado, que, segundo ele, era de US\$ 3.457 bilhões em dezembro de 1991 e hoje atinge US\$ 5.441 bilhões —, um acréscimo de US\$ 2 bilhões. "Isso porque nesse período emitimos US\$ 800 milhões de precatórios e pagamos mais US\$ 481 milhões do principal da dívida e juros normais. Está igual ao ex-

tinto BNH — Banco Nacional da Habitação. Quanto mais se paga, mais se deve", afirmou, acrescentando que, fora os juros, o governo paulista amortizou 16% dos títulos vencidos em 1991, 17% dos de 1992 e 10% no mês de junho relativos a 1993.

Cordialidade — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PFL), evitou fazer críticas duras ao Governo Federal. "Não posso criar atrito uma semana antes de o presidente Itamar Franco visitar a Bahia — para onde o Governo Federal será transferido durante o encontro Ibero-Americano. É meu dever como brasileiro e como homem público dar uma trégua, estabelecer um clima cordial", disse. ACM ressaltou ser o Estado de São Paulo o mais prejudicado. "Os beneficia-

rios desse impasse são os bancos privados e os governadores estão no seu papel de defender a economia dos estados", acrescentou.

"O projeto do governo para a questão da dívida dos estados e municípios — em tramitação no Congresso — é uma enrolação. O governo não pode querer quebrar os estados e acabar com a federação. Precisa, sim, reconhecer sua culpa, pois também tem culpa se a situação chegou onde está", destacou o governador Hélio Garcia, sem partido, de Minas Gerais. Segundo ele, o Estado está "rigorosamente em dia" com a dívida pelo acordo anterior — de 1991 — "restando os títulos e equacionar o problema para o futuro".

O governador de Goiás, Íris Rezende (PMDB), admitiu que o

Estado tem uma "dívida grande" em relação ao FGTS e INSS. "É grande porque parte do débito é resultado de estimativas, com as quais não concordamos. O governo não tem demonstrado boa vontade para resolver a questão", criticou, ao acrescentar que a primeira lei de negociação era inaceitável "e agora não existe lei que permita a negociação". Mesmo assim, ele vê como certa a decisão do governo de não aprovar empréstimos estrangeiros aos estados inadimplentes com a União. "É um instrumento que tem o governo para forçar a regularização dos débitos", entende.

Governantes do Norte e Nordeste também criticaram o impasse para a negociação com o governo. "Se os estados não conseguem resolver suas situações de inadimplência é porque o Governo Federal quer manter uma forma de pressionar os governadores em assuntos de seu interesse, principalmente com estados grandes como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro", denunciou o governador do Pará, Jader Barbalho (PMDB). Ele disse que seu Estado e também o Espírito Santo, Santa Catarina e Ceará vêm sendo penalizados por estarem em dia com suas dívidas. "Pelo projeto de 1991, quem acertasse suas dívidas seria compensado com a liberação de recursos. Acertamos os débitos, mandamos constantemente dinheiro para o governo e não recebemos recursos", explicou.

"Deve ser prioritária a distribuição dos recursos com os que estão em dia com seus débitos", entende o governador Joaquim Francisco (sem partido), de Pernambuco, ao afirmar que mantém os compromissos com o governo, utilizando 6% da receita do Estado com a dívida. "As propostas estão mais para a enrolagem da dívida", criticou com o privilégio de quem não deve à União, o governador do Ceará, Ciro Gomes (PSDB).